

**Palavras do PRESIDENTE DA REPÚBLICA
no DIA NACIONAL DO ADVOGADO
ao condecorar a ORDEM DOS ADVOGADOS
com a ORDEM DA LIBERDADE (*)**

EM 19.MAIO.1992

Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, Senhores Bastonários, Senhor Presidente do Tribunal Constitucional, Senhor Representante do Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Senhor Secretário de Estado da Justiça, Senhor Representante do Senhor Procurador Geral da República, Senhores Magistrados Judiciais e do Ministério Público, Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos, caros Colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Limitar-me-ei a dizer-vos duas palavras. Depois de termos ouvido as brilhantes orações do Dr. Rodolfo Lavrador, do Dr. Lopes Cardoso e, agora, da nossa ilustre Bastonária, acho que tudo foi dito. Limitar-me-ei apenas a dizer porque é que considero uma grande honra para mim, o convite que me foi dirigido pela Senhora Bastonária para estar aqui nesta sessão solene em que, pela primeira vez, julgo eu, se comemora o Dia Nacional do Advogado.

Encontro-me aqui numa tríplice qualidade. Em primeiro lugar, como modesto Advogado que fui, embora por pouco

(*) Discurso proferido de improviso por Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Mário Soares.

tempo, mas que viveu a sua profissão com paixão, com orgulho. Depois, como cidadão que reconhece na Ordem dos Advogados uma Instituição que tanto tem contribuído, não só para o prestígio da classe e para a defesa da sua deontologia, mas também para a liberdade e para o Estado de Direito democrático em Portugal. Finalmente, como Presidente da República, entendo que se deve estimular sempre as instituições da sociedade civil, porque, num País democrático, como o nosso, não basta, para que ele seja considerado democrático, que haja eleições de quatro em anos. É preciso que haja também a participação dos cidadãos, a todos os níveis; é preciso que haja pluralismo e isenção na informação, particularmente nos meios públicos de difusão da comunicação social; é preciso, naturalmente, que se respeitem as diferenças de cada um, que se respeitem os cidadãos e as liberdades de cada um e, também, os direitos das minorias. É isto que constitui uma democracia moderna, a democracia que penso que estamos a construir, com avanços e recuos, mas sempre a construir, na sociedade portuguesa.

Ora, nesse contexto, o percurso da Ordem dos Advogados é extremamente significativo e importante, por todas as razões que aqui foram aduzidas pelos ilustres Colegas que me precederam no uso da palavra. Porque, antes de mais, o Advogado é um ser livre por excelência. Mas é também um profissional que se quer sempre independente. E essa circunstância de ser independente é importante para exercer bem a liberdade.

A nossa Ordem tem sido, ao longo dos anos, uma escola de tolerância, por um lado, e uma escola de liberdade, por outro. Lembro-me que, nos anos difíceis da ditadura, em que as liberdades não eram respeitadas e em que os cidadãos eram, como se sabe, oprimidos, os Advogados, e não só, contavam sempre com este refúgio que era a nossa Ordem. Quando muitos Advogados estavam em condições difíceis — e alguns dos que aqui se encontram estiveram nessas condições difíceis — privados de liberdade, presos, como eu próprio, sempre tiveram o estímulo, a solidariedade dos seus Colegas e da Ordem dos Advogados.

Nesse sentido, eu quero aqui evocar um grande Bastonário, que mereceu já uma homenagem pública da Ordem dos Advogados: o Dr. Pedro Pita. Incansavelmente, ao longo dos anos, foi

ele um defensor estrénuo da liberdade dos seus colegas que eram vítimas da opressão e da ditadura e sempre lhes mostrou uma extraordinária solidariedade.

Hoje, vai realizar-se uma cerimónia que, penso, é também uma cerimónia exemplar, e que tem por objectivo destacar, distinguir os Advogados — e, felizmente, são tantos os que aqui estão nessas condições — que têm já cinquenta anos de profissão. É uma cerimónia bonita. Penso que temos o dever de prestigiar os nossos Colegas e de prestigiar a nossa classe. Interessa prestigiar a Ordem. E a Ordem prestigia-se com o prestígio dos próprios Advogados. Mas, se é importante que se prestigiem os Advogados, também é importante que se dignifiquem as condições em que eles exercem a sua profissão.

Permito-me, por isso, chamar a atenção para um problema que hoje me preocupa — e certamente preocupa todos os nossos Colegas aqui presentes — que é o da situação em que se encontram muitos Advogados que, ao fim de uma longa vida de trabalho e dedicação à causa pública, ao Direito e à Justiça, se encontram em circunstâncias precárias de vida. Dá-me a impressão de que não se encontrou ainda, no âmbito da nossa Caixa de Previdência, uma forma adequada de resolver esta questão. Eu incito-os, Senhores ex-Bastonários e futuros Bastonários, assim como a todos os meus Colegas a que, com imaginação e sentido da liberdade, façam alguma coisa por isso, para modificar as circunstâncias actuais. Tem que se negociar no quadro a estrutura da Previdência Social, embora mantendo a independência, uma forma de os Advogados, ao fim de cinquenta anos de exercício da profissão, não se limitarem a receber reformas na ordem dos trinta contos, como sucede algumas vezes, para vergonha da nossa classe. Isto, a meu ver, tem que ser modificado. Até por se tratar de profissionais que toda a vida desempenharam a sua profissão com muita dignidade, total independência e grande honra para a nossa classe, e que chegam ao fim da vida e não se queixam. Ora, o facto de não se queixarem permite, em muitos casos, que se vá ignorando a situação em que se encontram. Mas eu sei, por conhecimento directo, que tais casos existem, alguns deles bem difíceis, e penso que há certamente condições para se negociar uma solução — já várias vezes isso foi aflorado — para que

os direitos dos Advogados, quando passam à situação de reforma, possam ser melhor protegidos do que são agora.

Vivemos num mundo inseguro, num mundo difícil. Muitos daqueles que julgavam que em 1989, com o fim dos totalitarismos, se iniciava uma nova era de liberdade e de democracia, estão agora a compreender que não havia, talvez, grandes razões de euforia e que a aprendizagem da democracia, em toda a parte, é mais difícil do que parece. A consolidação dos regimes democráticos, com os pesos e contra-pesos que têm de funcionar nas sociedades pluralistas e diversificadas, respeitadoras das diferenças, como são as sociedades democráticas, tem de ser uma luta de todos os dias. E, como disse a nossa Bastonária, tem que haver vigilância para defender a liberdade. Isso é fundamental.

Espero que a nossa Ordem, como instituição da sociedade civil, possa continuar a desempenhar — como sempre desempenhou no passado, até hoje — essa função, que é uma função importante, decisiva, de uma grande transcendência nacional.

Por tudo aquilo que tem sido a Ordem dos Advogados — designadamente como escola de tolerância e de liberdade — entendi que devia atribuir-lhe, neste momento solene em que se comemora o Dia do Advogado, o título de Membro Honorário da *Ordem da liberdade*. Vou fazê-lo entregando à Senhora Bastonária, que nos representa a todos, as insígnias dessa condecoração nacional, que até agora foi concedida a muito poucas personalidades — sempre objecto de uma escolha muito selectiva e sempre verdadeiramente merecedoras, por aquilo que fizeram, dessa condecoração —, mas que nunca foi atribuída a uma pessoa colectiva. Vai sê-lo hoje, pela primeira vez e muito justamente, à Ordem dos Advogados. Eu penso que a nossa Ordem o merece.

Numa sociedade tão impregnada de um certo mercantilismo, tão inspirada por ideais de lucro (e às vezes, o que é pior, de lucro fácil), tão alheia a certos valores éticos, tão indiferente e insensível aos valores da democracia, condecorar hoje a Ordem dos Advogados, como o faço, tem um valor simbólico e pedagógico. E é por isso que o faço neste momento, com muita honra, com muito prazer, no Dia Nacional do Advogado.

Muito obrigado.